



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 17/2016

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 21 de setembro de 2016

----- Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara interveio para demonstrar um reconhecimento público a “*todo o executivo, alcouthimense e entidades presentes*”, pela forma como decorreu o dia do Município (09 de setembro). -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para questionar o ponto de situação do processo do quiosque, nomeadamente sobre o envio de

R

parecer da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), dado que considera *"que já passou algum tempo"*. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para endereçar uma nota de apreço/reconhecimento aos técnicos e operacionais, pela *"forma e envolvimento"* na organização das Festas de Alcoutim, bem como às forças de segurança e associações envolvidas, nomeadamente Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim (AHBVA), *"pela forma eficaz como geriram as entradas/mesas, sendo possível oferecer aos nossos visitantes e população um excelente evento"*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que é de enaltecer a questão da segurança, dado que, é um fator essencial e fundamental para evitar constrangimentos, sendo que *"durante as festas não houve qualquer problema de maior a registar"*. Solicitou de seguida a colaboração do vereador Paulo Paulino, para prestar esclarecimentos no que concerne à situação do quiosque. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para informar que *"já recebemos"* informação da ASAE, e que no momento a mesma encontra-se no Gabinete Jurídico, para esclarecimentos, tendo a vereadora Dr^a. Dalila Barros solicitando cópia da informação. O vereador continuou a sua intervenção referindo que posteriormente será entregue cópia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º179) respeitante ao dia 20 de setembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.827.479,00; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.530.057,34; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 290.009,51 -----

----- Os membros presentes tomaram conhecimento ainda do *"Memorando de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Alcoutim, referente ao primeiro semestre do exercício de 2016"*. -----



----- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- Ata n.º 16/2016, da reunião pública ordinária, realizada no dia 07 de setembro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes, -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2016 – NOVOS INGRESSOS: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a 3.ª alteração ao mapa de pessoal para 2016 – novos ingressos, bem como que a deliberação que recair sobre a presente proposta, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, seja remetida para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que a alteração em causa prevê a entrada de trinta e um colaboradores em 2016, e como tal questiona, o custo/despesa com esses novos ingressos, apesar de ter conhecimento que o Orçamento de Estado (OE) de 2016 “*não limita a entrada de pessoas*”. Ainda acrescentou que “*não está contra a entrada de colaboradores*” para a Câmara Municipal de Alcoutim, tendo o Chefe de Divisão, Dr. José Pires adiantado que “*já foi facultada/disponibilizada*” informação na revisão anterior, no que concerne às despesas com os outros dezasseis colaboradores. O vereador continuou a sua intervenção referindo que a sua questão prende-se com “*os trinta e um colaboradores*”, uma vez que os mesmos “*não estavam contemplados em 2015*”. Continuou referindo que apesar do OE não limitar a entrada de novos ingressos, o mesmo contempla “*um constrangimento para nós*”, uma vez que “*não podemos aumentar as despesas com o pessoal em relação ao ano anterior*”, tendo o Chefe de Divisão informado que é 60% das despesas correntes. O vereador usou da palavra novamente para frisar que a sua dúvida prende-se com os trinta e um

colaboradores não contemplados em 2015, e como questiona as despesas/custos com os mesmos, nomeadamente o que vai ser gasto por mês, em relação ao ano anterior? -----

----- O presidente da Câmara interveio para frisar que *"será feito esse levantamento em termos de despesa/custo e fornecerá posteriormente"*. De seguida referiu que a alteração em causa prende-se com a necessidade de fazer face à ausência de colaboradores que *"ao longo dos anos têm vindo a trabalhar na Edilidade"*, inseridos nos programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), e como esse programa sofreu alterações existiu a necessidade de acautelarmos a situação. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que entende a necessidade de colocar colaboradores na Câmara Municipal, *"não só pelos empregos que se criam mas também pela necessidade de alguns serviços"*, no entanto, o que considera confuso é o *"senhor presidente"* apresentar um mapa com o ingresso de trinta e um colaboradores para 2016, e no momento ainda não ter efetuado as contas com as despesas/custos, tendo em *"conta o que OE diz"*. Findou referindo que é da opinião que o sr. presidente quando apresenta esta proposta deveria ter conhecimentos das verbas, em termos contabilísticos, e não referir que *"facultará essa informação posteriormente"*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para informar que os novos ingressos (quinze) têm um custo estimado para remuneração base de € 8.000,00 (oito mil euros) por mês, e que a restante informação já foi disponibilizada anteriormente, tendo o vereador José Pereira adiantado que considera que o presidente deveria ter conhecimento da situação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto oral: *"A nossa abstenção não é contra a entrada de pessoas para o município, a nossa abstenção vai de encontro àquilo que o Orçamento de Estado (OE) diz, e que não nos foram apresentados os argumentos face às despesas que acarretam com a entrada dessas pessoas, no cumprimento do OE para 2016"*.

----- **EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS DE ALCOUTIM – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO**

- **RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho de catorze de setembro de dois mil e dezasseis sobre a aprovação da Liberação de Caução de 15%, na importância de € 4.924,79, referente ao 4.º ano, ficando o remanescente o valor de € 3.283,19, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO**

N.º 3/2016/182 – JOSÉ PALMA NEVES: Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com artigo matricial n.º 1861 e n.º 97 secção 038 no sítio em Achada, em nome de Arminda das Neves, Custódia Maria Neves Lourenço Pereira, Filomena Maria das Neves da Conceição Manuel, José da Palma Neves, Manuel da Palma Neves e Maria José Palma Nascimento Lobo, que se pretende em regime de 2 compartes e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão, nas proporções de: 1/2 em nome de Nuno Miguel Teixeira Martins e 1/2 em nome de Cecília Maria Marta Costa. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE**

R

**ALCOUTIM E O CENTRO PAROQUIAL DE MARTIM LONGO –
UNIDADE RESIDENCIAL PARA IDOSOS DE MARTIM LONGO E
RESPECTIVO EQUIPAMENTO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do disposto na alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Contrato de Comodato entre o Município de Alcoutim e o Centro Paroquial de Martim Longo sobre a Unidade Residencial para Idosos de Martim Longo e respetivo equipamento, pelo período de 20 (vinte) anos e no disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, remeter a deliberação que recair sobre a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea i) do artigo 25.º da mesma Lei. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

**----- 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES
OPÇÕES DO PLANO PARA 2016:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal e Grandes Opções 2016 e, no disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, remeter a deliberação que recair sobre a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea a) do artigo 25.º da mesma Lei. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar quais as alterações em termos de classificações e projetos englobados na mesma, tendo o presidente usado da palavra para esclarecer que a alteração em causa prende-se principalmente com a alteração do Mapa de Pessoal, nomeadamente com a abertura da rubrica para contratos a termo certo, e também com uma verba para a Associação Odiana. O vereador José Pereira ainda questionou os novos investimentos inseridos na alteração, tendo o presidente esclarecido que os



mesmos prende-se com candidaturas submetidas por parte da Associação Odiana, no que concerne à promoção de produtos endógenos/comercialização, desmarcação da via Algarviana, projeto Andalbágua (açudes), etc. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- **CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A AMAL – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal de acordo com número um do artigo 105.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros entre o Município de Alcoutim e a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, e adoção da estratégia em que assenta a formulação do referido contrato e no disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, remeter para a Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea K) do artigo 25.º da mesma Lei. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE MUNICÍPIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO SOCIAL – JUNHO A DEZEMBRO DE 2016 – RETIFICAÇÃO DA CLAUSULA 8.ª:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, retificar a clausula 8.ª do protocolo de Colaboração

entre o Município de Alcoutim e a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, cuja finalidade é a integração profissional de munícipes do concelho de maior vulnerabilidade à exclusão social, para o seguinte texto: *“Cláusula 8.ª (Vigência) – O presente protocolo de colaboração produzirá efeitos de julho a dezembro de 2016”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 21 de setembro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas onze horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário